

Reflexões feministas sobre justiça climática *Feminist climate justice think pieces*

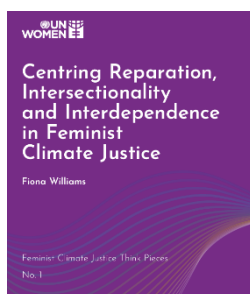
*Maria Teresa Rossetti Massari
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

Resumo: A ONU Mulheres publicou uma série de quatro artigos sobre gênero e clima. Estes artigos foram encomendados para informar a próxima edição do relatório principal “Progresso das mulheres do mundo”, que será publicado em 2026 e fornece uma análise abrangente do rápido aquecimento do planeta e do progresso estagnado para as mulheres e meninas. A série investiga temas críticos como direitos humanos, transformação dos sistemas alimentares, responsabilização, reparações, interseccionalidade e interdependência. Cada artigo visa fornecer análises robustas e perspectivas inovadoras sobre como a justiça climática feminista pode impulsionar mudanças transformadoras e sustentáveis para alcançar a igualdade de gênero e concretizar os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Nações Unidas; Desenvolvimento sustentável; Equidade de gênero.

Abstract: UN Women published a series of four articles on gender and climate. These articles were commissioned to inform the next edition of the “Progress of the World’s Women” report, which will be published in 2026 and provides a comprehensive analysis of the rapidly warming planet and stalled progress for women and girls. The series investigates critical topics such as human rights, food system transformation, accountability, reparations, intersectionality and interdependence. Each article aims to provide robust analysis and innovative perspectives on how feminist climate justice can drive transformative and sustainable change to achieve gender equality and realize women's rights.

Key-words: United Nations; Sustainable development; Gender equity.



1. Centrando a reparação, a interseccionalidade e a interdependência na justiça climática feminista¹

Artigo escrito por Fiona Williams¹, aborda dois aspectos do programa de trabalho da ONU Mulheres sobre justiça climática feminista:

- Adicionar um quarto "R" – reparação – ao já estabelecido tríplice conceito de justiça, que inclui redistribuição, reconhecimento e representação.
- Apresentar como uma ética feminista de cuidado estabelece sinergias importantes, com propostas de justiça ecológica e pensamento decolonial, gerando um novo conjunto de obrigações morais e materiais.

¹ Professora Emérita e pesquisadora em políticas sociais no Reino Unido. Conhecida por seu trabalho sobre bem-estar social, gênero e desigualdade, ela se destaca na análise das políticas sociais e seu impacto sobre grupos marginalizados, com foco nos direitos das mulheres, questões de raça e classe. Recebeu o título de OBE (Order of the British Empire) por seus serviços à ciência social e à política pública. Seu trabalho enfatiza a importância de uma

O quarto R: REPARAÇÃO

A teoria da justiça de Nancy Fraser, que aborda as questões de redistribuição, reconhecimento e representação, deve agora se expandir para incluir uma quarta arena: a reparação ou justiça reparativa. Essa nova dimensão foca nas ligações entre a exploração (pré)capitalista e as violações que ainda enfrentam povos colonizados e indígenas. No contexto das mudanças climáticas, as demandas por reparação relacionam o extrativismo colonial-capitalista às desigualdades atuais, destacando a importância de reconhecer os danos do passado e seus efeitos hoje.

A justiça reparativa requer três elementos essenciais:

- Pedido de desculpas que reconheça a responsabilidade
- Compensação simbólica que dê peso a esse reconhecimento
- Garantias de que os danos não se repetirão.

Esses princípios vão além de ajudas internacionais condicionadas e compensações humanitárias, que frequentemente ocultam o poder do doador sobre o receptor. Assim, a reparação se torna uma questão central na busca por justiça climática, interligando as lutas por redistribuição e reconhecimento em um esforço mais amplo por equidade.

Embora haja evidências sobre o impacto das mudanças climáticas nas mulheres, as referências às intersecções entre capitalismo, colonialismo, extrativismo, racismo e patriarcado nas discussões sobre reparação e justiça climática são escassas. Estudos de caso demonstram como a justiça reparativa pode beneficiar mulheres em situações de conflito e como a degradação ambiental afeta sua saúde e capacidade reprodutiva, especialmente em comunidades marginalizadas.

A abordagem interseccional é crucial para a análise da justiça climática, pois destaca experiências vividas e identifica grupos marginalizados. Ela revela como as desigualdades de gênero são exacerbadas por histórias de exploração e questiona se as políticas de sustentabilidade realmente corrigem ou perpetuam injustiças. Além disso, a interseccionalidade deve ser entendida como uma prática que fomenta solidariedades entre diferentes grupos, mantendo suas raízes nas lutas feministas negras das décadas de 1970 e 1980. A justiça reparativa vai além do reconhecimento e redistribuição, explorando os processos históricos que geram desigualdades e refletindo sobre a interdependência entre a humanidade e o planeta.

Coalizão entre Políticas de Cuidado e Meio Ambiente

A integração do "cuidado com os outros" e do "cuidado com o planeta" tem ganhado destaque em relatórios de políticas. Um exemplo é o relatório do Women's Budget Group do Reino Unido, intitulado "[A Green and Caring Economy](#)", que identifica quatro mudanças estruturais necessárias para uma economia nacional que priorize tanto a sustentabilidade ambiental quanto o cuidado:

perspectiva feminista na análise das políticas sociais, defendendo uma abordagem mais inclusiva que considere a complexidade das identidades sociais e a interseção de várias formas de desigualdade. Além de suas contribuições acadêmicas, ela também tem se envolvido em *advocacy* político e em várias comissões relacionadas à justiça social e ao bem-estar.

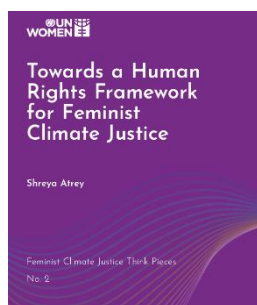
- Reorientar a economia, colocando o bem-estar acima do lucro e movendo-se em direção a atividades que cuidem das pessoas e do planeta, abandonando o crescimento do PIB como objetivo principal.
- Mudar os modelos de propriedade, democratizando a posse de recursos naturais e serviços básicos e reformulando o sistema energético com uma nova empresa pública de energia renovável.
- Alterar como arrecadamos e gastamos dinheiro, priorizando investimentos públicos em infraestrutura de descarbonização e expansão da infraestrutura social.
- Apoiar uma economia global verde e cuidadora, promovendo justiça climática através de alívio da dívida e financiamento climático sensível ao gênero.

De forma semelhante, o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - [La sociedad del cuidado: horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género](#) - destaca que a sustentabilidade do planeta deve centralizar o cuidado nas prioridades, reconhecendo a interdependência entre pessoas e entre estas e o meio ambiente. O relatório analisa o impacto desproporcional das mudanças climáticas em mulheres e grupos específicos, especialmente mulheres indígenas, e aplica o conceito de "extrativismo do cuidado", que se refere à mercantilização do trabalho de reprodução social e cuidado dentro de hierarquias de gênero, classe e raça, como uma estratégia para enfrentar a crise global de reprodução social.

Transformando obrigações morais de redistribuição, reconhecimento, representação e reparação

Fica claro que, em muitos desses movimentos de coalizão, há ideias comuns relacionadas à interdependência e à coexistência. Isso enfatiza que as dimensões de gênero e interseccionais da justiça ambiental exigem uma compreensão mais crítica e radical do humanismo, onde a cooperação, coexistência e solidariedade são praticadas em um diálogo democrático respeitoso. Isso sugere que:

- Nossa interdependência é global, tanto geograficamente quanto em relação à interdependência entre humanos e ecossistemas, incluindo seres não humanos.
- Essas interdependências implicam obrigações intergeracionais, não apenas para as gerações atuais, mas também para as futuras, que herdarão este planeta. Além disso, evocam os sofrimentos desumanizados de gerações passadas, que significam obrigações materiais e morais de reparação.



2. Rumo a um quadro de direitos humanos para a justiça climática feminista²

Escrito por Shreya Atrey². O artigo é dividido em duas partes:

- Conceitos que devem orientar o arcabouço
- Princípios que informam as obrigações de direitos humanos.

O relatório sobre igualdade de gênero e mudanças climáticas da ONU Mulheres "[Progress of the World's Women](#)" propõe que se adote uma abordagem em quatro pilares: redistribuição, reconhecimento, participação e reparação. Embora útil, essa estrutura não capta plenamente a verdadeira natureza da desigualdade de gênero e a justiça necessária para respondê-la. Para melhorar este arcabouço, sugere-se incluir interseccionalidade, e substituir o pilar de reparação por transformação.

Interseccionalidade, Direitos Humanos e Direito Internacional

A interseccionalidade agora é reconhecida como essencial para o feminismo e, conseqüentemente, para a igualdade de gênero no direito internacional. A [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres](#) (CEDAW) menciona a interseccionalidade de forma implícita ao se referir a mulheres rurais, casadas, grávidas e mães. Essa ideia foi formalmente adotada na jurisprudência da CEDAW pela primeira vez na Recomendação Geral nº 28, no ano de 2000, que afirma que a discriminação contra mulheres com base em sexo e gênero está intrinsecamente ligada a outros fatores, como raça, etnia, religião, saúde, idade, classe, casta e identidade de gênero.

Além disso, a interseccionalidade é explicitamente reconhecida como parte do pilar de "igualdade inclusiva" adotado pelo [Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#). A partir dessa afirmação em diversos relatórios, considera-se que a discriminação contra mulheres é inerentemente interseccional, e a estrutura para abordar a desigualdade de gênero deve refletir isso no contexto do direito internacional.

Interseccionalidade e Mudanças Climáticas

A interseccionalidade é crucial também no contexto das mudanças climáticas, sendo compreendidas como interseccionais pelo [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas](#) (IPCC). Os relatórios do IPCC enfatizam dois aspectos principais:

- fatores físicos e sociais que contribuem para as mudanças climáticas; e
- multidimensionalidade dos fatores sociais, como raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência, idade e status socioeconômico, que agravam os impactos desiguais das mudanças climáticas.

² Professora Associada de Direito Internacional e Direitos Humanos na Universidade de Oxford. É membro associada do Oxford Human Rights Hub, Fellow em Justiça e Igualdade Racial no Kellogg College, além de Professora Sênior de Ensino no New College. Também é editora da Human Rights Law Review. Se concentra em questões de igualdade e direitos humanos e direito internacional. Seu primeiro livro, "Intersectional Discrimination" (2019), foi finalista do Prêmio Peter Birks em 2020. A obra discute a teoria da interseccionalidade no direito comparado de discriminação.

Assim, as causas e os efeitos das mudanças climáticas devem ser compreendidos não apenas em termos físicos, mas também sociais, econômicos, políticos e culturais. Tanto as mudanças climáticas quanto a desigualdade de gênero desafiam explicações simples ou mesmo múltiplas e requerem uma compreensão em termos interseccionais. A interseccionalidade, portanto, é uma ferramenta política importante para desenvolver respostas eficazes tanto para a desigualdade de gênero quanto para as mudanças climáticas, com a ideia de priorização sendo central em sua aplicação prática.

Assim, a elaboração de leis e políticas que priorizem a interseccionalidade deve incluir:

- Compromisso com a interseccionalidade como conceito fundamental para compreender a natureza da desigualdade e discriminação de gênero, que se baseia em uma combinação de fatores, como gênero, sexualidade, identidade de gênero, raça, cor, etnia, nacionalidade, deficiência, idade, religião, classe e língua.
- Obrigação de identificar grupos de mulheres em desvantagem interseccional em todas essas áreas.
- Obrigação de entender as necessidades únicas e compartilhadas desses grupos.
- Obrigação de fazer escolhas políticas que atendam a essas necessidades, priorizando as demandas dos grupos mais desfavorecidos.

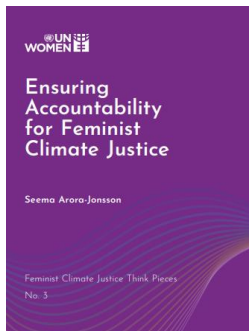
Pontos Chave

As obrigações dos Estados sob a lei internacional dos direitos humanos relacionadas à desigualdade de gênero e às mudanças climáticas incluem três principais pontos:

- **Direito à igualdade e não discriminação:** Os Estados devem garantir que todas as políticas e atividades relacionadas à redução de riscos de desastres e mudanças climáticas sejam sensíveis ao gênero, priorizando grupos de mulheres e meninas interseccionalmente desfavorecidos.
- **Acesso à justiça:** As mulheres e meninas afetadas por desastres e mudanças climáticas têm direito a reparação por suas perdas e violações de direitos.
- **Participação:** Grupos de mulheres devem ter o direito de participar das decisões que as afetam.

As mudanças climáticas podem ser causadas por ações ou omissões estatais, mas seus impactos não se limitam às fronteiras nacionais nem aos cidadãos do Estado. Portanto, é crucial que as obrigações relacionadas às mudanças climáticas tenham um escopo pessoal e territorial amplo. Isso significa que os Estados são "responsáveis por todas as suas ações que afetam os direitos humanos, independentemente de os afetados estarem em seu território", abrangendo tanto cidadãos quanto não cidadãos, incluindo refugiados, solicitantes de asilo, trabalhadores migrantes e apátridas, dentro de seu território ou sob seu controle efetivo.

Além disso, os Estados devem realizar avaliações de impacto para considerar as implicações climáticas e de gênero em todas as leis e políticas. A falta de especificidade nas obrigações pode levar a uma retórica vazia em relação à justiça climática feminista, enquanto uma declaração clara das obrigações dos direitos humanos orienta os Estados e responsabiliza comunidades.



3. Garantir responsabilização para a justiça climática feminista³

Escrito por Seema Arora-Jonsson³, este artigo discute a importância de uma transição rápida para fontes renováveis de energia, que acompanhe a ampliação do acesso a elas, e a necessidade de incorporar justiça climática nesses debates. A autora explora como as desigualdades de gênero e iniquidades entre o Norte e o Sul global influenciam as políticas climáticas globais, e aborda a crescente menção ao conceito "Transição Justa" e à justiça de gênero.

No entanto, essas questões ainda são tratadas de maneira desigual e frequentemente marginalizam as preocupações de gênero e de grupos indígenas. A ausência de uma perspectiva de gênero nas políticas climáticas assim como a reprodução de desigualdades em projetos climáticos, ainda são evidentes.

O que as “transições justas” realmente significam?

Criado por movimentos indígenas, o conceito "transição justa" foi adotado pelos movimentos sindicais dos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1970, quando se expandiu para incluir justiça social e ambiental. Porém, a autora argumenta que o termo agora é usado de forma variada, o que dificulta saber a quem está a favor, e as questões de justiça muitas vezes se restringem a escalas internacionais, o que acaba por ignorar injustiças nacionais e locais.

Enfatiza-se a importância de abordar questões como uso da terra, tecnologias novas e renováveis, e desigualdades de gênero nas transições climáticas. Assim, as transições justas estão para além dos empregos para os trabalhadores e são impossíveis sem abordar questões de terra, água e florestas. As tensões nesses temas precisam ser abordadas por justiça para todos. Não pode haver transição para uma sociedade sustentável sem justiça. Justiça exige que as disparidades entre os países e dentro das sociedades sejam abordadas e precisam ser soluções diferenciadas em todos os níveis.

Neste sentido, justiça climática e reivindicações de transições justas exigem que o pensamento e a prática sobre transições e de gênero incorpore pensamentos e abordagens feministas.

Transição para longe das desigualdades: Governança e incorporação de gênero

Feministas têm sido pioneiras na análise de justiça, abordando as relações de poder de gênero e como essas relações são complicadas por fatores como etnia, classe e idade. A governança climática precisa incorporar a perspectiva de gênero, considerando a interseção de desigualdades.

Também se chama atenção para o conceito de governança, incorporando inclusão e democracia, é fundamental para a justiça climática. A autora crítica intervenções climáticas que

³ Professora de Desenvolvimento Rural na Suécia e na Europa na Universidade Sueca de Ciências Agrárias. Trabalha com questões de sustentabilidade e justiça em relação à governança ambiental, política climática e desenvolvimento rural. Sua atuação é moldada pela necessidade de examinar o desenvolvimento rural em sua situação particular, mas no contexto de correntes e relações transnacionais mais amplas. Questões de gênero, raça, etnia, classe e geografia são centrais para suas análises.

falham ao não envolver mulheres e comunidades locais. Faz-se necessário partir de uma análise do “gênero da governança”, isto é, as formas em que a desigualdade de gênero dominam e organizam instituições, capacidades e ideologias da governança climática.

A incorporação de gênero tem sido uma ferramenta importante para defensores da igualdade nas políticas e projetos ambientais e climáticos. Embora tenha diferentes abordagens dependendo do contexto, pode significar tanto a inclusão de gênero em políticas quanto estratégias concretas, como o orçamento de gênero e ações afirmativas. Apesar das críticas de que a incorporação de gênero muitas vezes é cooptada para manter normas desiguais, ela gerou uma "revolução silenciosa" ao aumentar a conscientização sobre as relações de poder de gênero e iniciar discussões sobre a interseccionalidade em projetos climáticos.

Prestação de contas feminista na justiça climática

Nesta seção são exploradas ferramentas e abordagens que os defensores da igualdade de gênero utilizam para garantir justiça climática. A autora apresenta quatro subtemas:

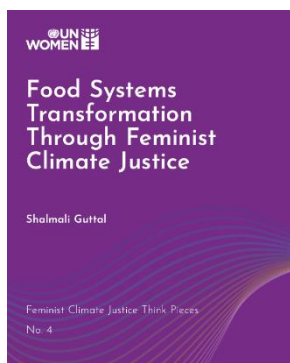
- **Trabalho invisível:** Há a necessidade de reconhecer o trabalho invisível, especialmente de mulheres, na agricultura e no cuidado. Uma grande quantidade de trabalho produtivo realizado no ambiente precisa de maior atenção e reconhecimento. Esse trabalho, no qual as mulheres assumem a maior parte da carga, sustenta o sistema atual, mas não é reconhecido nas políticas públicas ou em projetos que se baseiam nele sem mencioná-lo. Um exemplo recente é o de agricultoras brasileiras que, com apoio de pesquisadoras feministas, usaram diários de uso do tempo para tornar seu trabalho visível, permitindo-lhes acessar financiamento governamental e apoio. As mulheres começaram a registrar quanto da sua produção provenientes da agricultura familiar são vendidos, doados, trocados ou consumidos. Outro aspecto dessa invisibilidade, e até agora desconsiderado em relação às discussões trabalhistas, é o trabalho de reprodução não remunerado e não reconhecido, e cuidados sendo realizados em ambientes e espaços comunitários, agora ainda mais agudos em tempos de transições climáticas. Terceiro ponto, de acordo com um relatório da OIT, 61% da força de trabalho global trabalha na informalidade economia e uma percentagem significativa desses empregados na economia informal são mulheres que também são responsáveis pelo trabalho de cuidado em casa.
- **Efeitos assimétricos e violentos das mudanças climáticas:** As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente mulheres pobres e marginalizadas, intensificando desigualdades de gênero. Em particular, mulheres em países do Sul Global sofrem desproporcionalmente devido à sua menor capacidade de acessar recursos e proteções formais. Essas desigualdades não são apenas econômicas, mas também relacionadas ao acesso desigual a benefícios e à maior exposição a riscos ambientais e sociais. A violência de gênero é outro impacto significativo das mudanças climáticas, e essa violência se manifesta em várias escalas, desde o ambiente doméstico até as estruturas globais de poder. Destaca-se como os atos de violência íntima estão enraizados em contextos mais amplos de desigualdade de poder, e essas dinâmicas de poder frequentemente excluem as mulheres das decisões sobre governança ambiental e climática. A autora sugere que a violência e as desigualdades de gênero precisam ser

tratadas em múltiplos níveis – local, nacional e internacional – e que suas interconexões sejam reconhecidas nas políticas e práticas climáticas.

- **Perspectivas de gênero no envolvimento de atores não-estatais:** Nos últimos anos, houve um aumento significativo da participação de atores não estatais — como empresas privadas, ONGs e organizações comunitárias — em ações climáticas globais. Embora isso tenha o potencial de preencher lacunas deixadas pelos governos, a autora alerta que muitos desses atores privados têm desempenhado papéis predominantemente exploratórios. Além disso, a responsabilidade corporativa tem sido muitas vezes limitada a ações de caridade, sem abordar profundamente as raízes da exploração econômica e ambiental. Questiona-se, portanto, esse papel crescente de atores privados em ações climáticas. Por exemplo, em projetos de energia renovável, como os parques solares na Índia, as corporações prometem oportunidades de emprego que raramente se materializam, e as comunidades locais, especialmente as mulheres, acabam sendo as mais prejudicadas. Movimentos feministas tentam responsabilizar empresas e integrar questões de justiça em projetos de desenvolvimento comunitário. A autora destaca o WOCAN (Rede de Mulheres na Agricultura e Recursos Naturais), que desenvolveu uma metodologia para incluir questões de gênero em mecanismos de mercado de carbono. O engajamento de atores não estatais na governança climática precisa ser monitorado e ajustado para garantir que não perpetue desigualdades de gênero.
- **Diálogo e apoio a coletivos de mulheres:** O apoio a redes e movimentos feministas, tanto locais quanto internacionais, tem sido crucial para enfrentar desigualdades e garantir a participação ativa das mulheres em decisões que afetam suas vidas e comunidades. A autora menciona exemplos na Índia, onde coletivos femininos têm garantido acesso igualitário a recursos para mulheres, como o movimento das viúvas e a rede de agricultoras MAAKAM, que conseguiram garantir o acesso equitativo a recursos que normalmente eram destinados apenas a homens. Além do papel dos coletivos locais, as redes feministas internacionais também têm sido cruciais na luta pela justiça climática com uma perspectiva de gênero. A autora menciona que, após anos de lobby de feministas em vários níveis, o gênero foi incluído nas discussões climáticas globais pela primeira vez em 2001, na 7ª Conferência das Partes (COP) em Marrakech. Este foi um marco na inclusão de uma perspectiva de gênero em programas nacionais de adaptação climática (NAPAs). Ela destaca ainda outras experiências e reforça que as redes femininas locais, quando apoiadas por organizações internacionais e movimentos feministas globais, são capazes de promover mudanças estruturais que abordam tanto as desigualdades de gênero quanto as questões climáticas.

A autora conclui que, embora a mudança climática seja um problema de grande escala, muitas soluções promissoras são locais e contextualizadas. Exemplos como o programa Kudumba Shree na Índia mostram como grupos de mulheres, em colaboração com o governo, podem ter um impacto significativo. A questão não é escalar soluções uniformemente, mas aumentar o compromisso com a justiça, especialmente em relação ao trabalho das mulheres,

violência de gênero e lacunas de responsabilidade. Por fim, argumenta que a justiça climática feminista requer a incorporação das experiências e do trabalho invisível das mulheres, além de enfrentar as desigualdades estruturais nas políticas e práticas climáticas.



4. Transformação dos sistemas alimentares através da justiça climática feminista⁴

Este artigo foi escrito por Shalmali Guttal⁴ e defende que as lutas por justiça climática e de gênero precisam ser anticapitalistas e anti-patriarcais. Critica-se a exploração tanto da natureza quanto das mulheres sob o capitalismo e o patriarcado, com exemplos específicos no sistema global de alimentos e agricultura industrial. A expansão desses sistemas destrói biomas, reduz a biodiversidade e expõe trabalhadores (principalmente mulheres) a condições perigosas.

Gênero e Mudanças Climáticas

A mudança climática é apresentada como um fenômeno de impactos desiguais sobre gêneros. Mulheres enfrentam maiores desafios devido à distribuição desigual de responsabilidades, trabalho e recursos, o que as torna mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Esta vulnerabilidade é agravada por fatores como:

- **Divisão do Trabalho por Gênero:** As mulheres, em muitas partes do mundo, são responsáveis por tarefas que as colocam diretamente em contato com os recursos naturais, como coletar água, cuidar de colheitas, ou garantir a segurança alimentar de suas famílias. Quando há secas, inundações ou outros desastres climáticos, essas tarefas se tornam mais difíceis e perigosas, aumentando o fardo sobre as mulheres.
- **Carga de Trabalho Desproporcional:** A crise climática aumenta a carga de trabalho das mulheres, especialmente nas comunidades rurais, onde elas desempenham funções cruciais na agricultura de subsistência, fornecimento de água e energia, e cuidado com os familiares. A destruição dos recursos naturais significa que as mulheres precisam trabalhar mais para manter suas famílias, muitas vezes sacrificando oportunidades de educação e trabalho.
- **Pobreza Feminina:** Como a pobreza é exacerbada pelas mudanças climáticas, as mulheres, que já compõem a maior parte da população pobre em muitas regiões, são mais afetadas. Elas têm menos acesso a recursos econômicos, como terras e

⁴ Analista sênior e ex-diretora executiva da Focus Global South. Trabalhou na Índia, nos Estados Unidos e no Sudeste da Ásia. Sua formação acadêmica é em ciências sociais, com particular ênfase em educação participativa e pesquisa qualitativa. Os temas centrais de seu trabalho são os direitos dos recursos comunitários, os direitos das mulheres, a soberania alimentar, a reforma agrária e a democratização da governança. Ela trabalha em solidariedade com movimentos de base progressistas, sindicatos e ativistas na criação e governança de bens comuns naturais, sociais e de conhecimento. Também é membro do grupo de trabalho sobre a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP), desde maio de 2024.

financiamento, o que limita sua capacidade de se adaptarem a desastres naturais, como secas e inundações.

O documento também aponta que a discriminação de gênero é sistêmica, multidimensional e intergeracional, e, sem uma intervenção constante, perpetua ciclos de marginalização. Discriminações estruturais que começam na infância limitam o potencial feminino ao longo da vida, exigindo redistribuição de recursos financeiros e poder político.

Ainda destaca que um enfoque feminista nas políticas climáticas não só expõe como o patriarcado e o capitalismo são intrinsecamente interligados à degradação ambiental, mas também oferece soluções. Um ponto importante da justiça climática feminista é a ênfase na interseccionalidade. Para efetivamente abordar as mudanças climáticas, as políticas precisam lidar simultaneamente com as opressões de gênero, classe, raça e outras formas de discriminação.

Problematizando o Nexos entre Clima e Sistemas Alimentares

O sistema alimentar global está profundamente entrelaçado com a crise climática e a desigualdade social. A autora expõe as maneiras pelas quais a agricultura industrial, a globalização dos sistemas alimentares e as práticas de exploração corporativa estão impulsionando as mudanças climáticas, ao mesmo tempo que intensificam desigualdades e discriminam comunidades vulneráveis, especialmente as mulheres.

O impacto do sistema alimentar global nas emissões de gases de efeito estufa e na desigualdade no acesso aos alimentos. Um dos principais problemas levantados é o impacto ambiental massivo da agricultura industrial e do sistema alimentar global, que é responsável por um terço das emissões globais de gases de efeito estufa (GHG).

A produção de alimentos em larga escala requer grandes quantidades de combustíveis fósseis, desde o cultivo até o processamento e transporte, tornando o setor agrícola um dos maiores contribuintes para o aquecimento global. O uso intensivo de insumos químicos, o desmatamento e as mudanças no uso da Terra e as longas e globalizadas cadeias de suprimento são alguns dos maiores contribuintes para o aquecimento global.

O atual sistema alimentar global está no cerne da crise climática, exacerbando a desigualdade e a insegurança alimentar. Para resolver esses problemas, é necessário transformar radicalmente o sistema, reduzindo o poder das corporações transnacionais, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e descentralizadas, e garantindo o acesso equitativo aos alimentos e aos recursos naturais.

Mulheres e a Provisão de Alimentos em Pequena Escala

As mulheres desempenham um papel central na produção de alimentos em pequena escala, especialmente em comunidades rurais e no Sul Global. Elas são responsáveis por uma parcela significativa da alimentação das populações mais vulneráveis, tanto em áreas rurais quanto urbanas. No entanto, enfrentam diversas formas de discriminação e barreiras estruturais que limitam seu acesso a recursos, sua autonomia e seu reconhecimento, como:

- Múltiplas responsabilidades
- Diversidade de tarefas

- Desigualdade no Acesso à Terra
- Falta de Acesso a Crédito e Financiamento
- Baixo Reconhecimento e Apoio
- Aumento do Trabalho e Exposição ao Risco
- Menor Resiliência

As mulheres agricultoras são frequentemente empurradas para margens econômicas quando suas terras são tomadas para projetos industriais ou de desenvolvimento, como plantações de monoculturas, mineração ou infraestrutura. Esse deslocamento reduz ainda mais sua capacidade de prover alimentos para suas famílias e comunidades.

Reconhecer e apoiar o papel das mulheres na provisão de alimentos em pequena escala é essencial para garantir a segurança alimentar global e promover a sustentabilidade. A autora defende a promoção de práticas agroecológicas e sistemas alimentares territorializados como uma forma de empoderar as mulheres e fortalecer a segurança alimentar. A soberania alimentar, que coloca o controle dos sistemas alimentares nas mãos das comunidades locais, é apresentada como uma alternativa viável para corrigir as desigualdades de gênero e promover uma produção sustentável.

Corporações Transnacionais e Sistemas Alimentares

As corporações transnacionais dominam o sistema alimentar global, utilizando métodos industriais que contribuem significativamente para a crise climática e a perda de biodiversidade. O sistema corporativo promove alimentos ultraprocessados, causando problemas de saúde, enquanto suas cadeias de fornecimento exploram trabalhadores em condições precárias. A concentração de poder nas corporações também reduz a responsabilidade social e ambiental.

Na seção destaca-se como o modelo de produção industrial de alimentos, promovido por essas corporações, está diretamente ligado à crise climática e à destruição de ecossistemas. As práticas agrícolas em larga escala são responsáveis por emissões significativas de gases de efeito estufa, além de poluição, destruição de habitats e perda de biodiversidade. As emissões de GHGs, o uso de agroquímicos e degradação ambiental e a perda de biodiversidade são destacados.

O modelo de produção industrial de alimentos não afeta apenas o meio ambiente, mas também perpetua a exploração de trabalhadores, especialmente mulheres, migrantes e comunidades marginalizadas. São ressaltados fatores como o trabalho precarizado, a violência de gênero e desigualdade e o deslocamento e perda de territórios.

Além disso, a dependência de importações por parte de muitos países, especialmente os em desenvolvimento, cria vulnerabilidade às flutuações dos preços globais, interrupções nas cadeias de suprimento e crises econômicas. O sistema alimentar global também gera enormes quantidades de desperdício. A produção em larga escala, combinada com cadeias de distribuição complexas, resulta em uma grande quantidade de alimentos que nunca chegam aos consumidores.

Defende-se que, para promover sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, é necessário desconcentrar o poder corporativo e criar sistemas de governança alimentar que priorizem o interesse público, especialmente o das mulheres e comunidades marginalizadas.

Sugere-se o desmantelamento de monopólios e oligopólios, o apoio a sistemas alimentares locais e uma forte regulação corporativa.

Caminhos para a Transformação e Justiça

A autora sugere uma transformação baseada na soberania alimentar, agroecologia e mercados territoriais, que priorize justiça social e ambiental. A desmonopolização das corporações e a redistribuição de recursos públicos são essenciais para criar sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

- **Investimentos Públicos:** Defende o uso de recursos públicos para apoiar a soberania alimentar e a agroecologia, promovendo sistemas de produção territorializados que respeitem os direitos humanos.
- **Desconcentração Corporativa:** Sugere a necessidade de desmantelar a concentração corporativa no sistema alimentar global, promovendo uma governança mais justa e inclusiva.
- **Reparações e Justiça:** Defende que as injustiças históricas e contemporâneas devem ser corrigidas por meio de reparações, como o cancelamento de dívidas de países em desenvolvimento e a responsabilização legal das corporações.

Uma transformação sistêmica do modelo capitalista e patriarcal é extremamente necessária. Um dos principais caminhos sugeridos para a transformação é a adoção de soberania alimentar, agroecologia e mercados territoriais como pilares de um novo sistema alimentar mais justo e sustentável. Esses modelos colocam o controle dos recursos alimentares nas mãos das comunidades locais e enfatizam a produção agrícola ecologicamente responsável e socialmente justa.

Além disso, é essencial desconcentrar e desmantelar o poder das corporações transnacionais sobre o sistema alimentar, por meio de legislações antitruste e competição, reforma das políticas comerciais e de investimento, e transparência e responsabilização, incluindo o monitoramento de conflitos de interesse e a limitação de lobby corporativo.

Por fim, mas não menos importante, a justiça climática feminista exige o empoderamento das mulheres e a reparação das injustiças passadas. Isso inclui a criação de sistemas que compensem as mulheres pelos danos históricos e contemporâneos causados pelo patriarcado e pelo capitalismo, além de garantir que elas sejam centrais nas tomadas de decisão sobre políticas alimentares e climáticas.

A justiça climática feminista deve abordar todas as formas de opressão e trabalhar em direção à igualdade. Isso requer a democratização dos sistemas alimentares, garantindo que mulheres, indígenas e outras populações marginalizadas tenham voz nas decisões políticas.

Referências

1. Williams F. Centring Reparation, Intersectionality and Interdependence in Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-01-reparation-intersectionality-and-interdependence-en.pdf>
2. Shreya A. Towards a Human Rights Framework for Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-02-human-rights-framework-en.pdf>
3. Arora-Jonsson S. Ensuring Accountability for Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-03-ensuring-accountability-en.pdf>
4. Guttal S. Food Systems Transformation Through Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-04-food-systems-transformation-en.pdf>